



## MUNICÍPIO DE CUBA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº5

29-06-2022

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório do Centro Cultural de Vila Ruiva, com a seguinte ordem de trabalhos: -----  
-----

#### ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1- INFORMAÇÕES; -----
- 2- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----
- 3 - ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----

#### ORDEM DO DIA: -----

- 1 – Apreciação da **informação escrita do Presidente da Câmara Municipal**, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/04/2022 a 31/05/2022. **Para conhecimento.** -----  
-----
- 2 – **Documento de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cuba**”, referentes ao ano de 2021. **Para deliberação.** -----  
-----
- 3 – **Revisão n.º 2 ao Orçamento Municipal de 2022**, e respetivas GOP's. **Para deliberação.** -----  
-----
- 4 – Versão FINAL do instrumento de gestão territorial – **3.ª Alteração ao PDM (Plano Diretor Municipal)** para inclusão das Agroindustrias. **Para deliberação.** -----

5 – Autorização da Assembleia Municipal para assunção de **encargos plurianuais visando o procedimento de contratualização dos seguros para a autarquia**, em conformidade com o art.º 6.º n.º 1 al. e) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual. **Para deliberação.** -----  
-----

6 – **Composição dos membros do júri que integrarão os concursos a decorrer para provimento de dois cargos dirigentes de 2.º grau**, em conformidade com o art.º 13.º n.º 1 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual. **Para deliberação.** -----  
-----

7 – **Projeto do Regulamento de Apoios Sociais**, a submeter a consulta pública pelo prazo de 30 dias, em conformidade com o art.º 25.º n.º 1 al. g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, devidamente articulado com os artigos 98.º, 99.º e 101.º, todos do Código do Procedimento Administrativo. **Para deliberação.** -----  
-----

O Presidente da Mesa saudou todos os presentes, declarou aberta a sessão, e informou que a mesma se iniciava com a Tomada de Posse do novo deputado, Bruno Filipe Pacheco Arvanas, após a renúncia ao mandato apresentada a 09.06.2022 pela membro Liliana Fragoso. -----

(Documento da Tomada de Posse disponível em arquivo de Assembleia Municipal ). -----

Após a Tomada de Posse foi feita a chamada. -----

**Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:** -----

João Duarte Oliveira Brito Palma; -----

Carlos José Maltez Almeida; -----

Francisco Eduardo Beiçudo Galinha;-----

Helena Sofia Pereira Ferreira Lança; -----

Teresa José Leão Isidro Galó; -----

José Francisco Ribeiro Roque; -----

Francisco Manuel Carapuça Fitas; -----

Bruno Filipe Pacheco Arvanas; -----

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----

Luís Carlos Cardoso Varela; -----

Luís António Botecas Varela; -----

Carmen Dolores Gonçalves Santana; -----

Carolina Parreira Heleno ; -----

José Alberto Lança Pacheco; -----

José António Cardeira Machado; -----

António Francisco Fragoso Ramos;-----

Faltaram a esta sessão os seguintes deputados :

André Chaveiro Vargas; -----

Nuno Miguel Ramalho Pinto;-----

Diogo José da Silva Machado; -----

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente João Português, o Vice-Presidente Filipe Chora, a Vereadora Sandra Serrano, os Vereadores Hugo Soudo e Jorge Caixeiro, e o Chefe de Divisão Dr. Vítor Fialho.

**Antes da Ordem do Dia :** -----

**1 – INFORMAÇÕES ;** -----

**Presidente Assembleia** – deu conhecimento da correspondência recebida e enumerou os eventos onde a Assembleia esteve representada – Feira do Livro, Feira do Cante e das Tradições, Aniversário Grupo Coral Os Ceifeiros de Cuba. -----

**2 – RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** -----

A ata da sessão anterior foi aprovada por maioria com duas abstenções dos deputados do Partido Socialista.----

**Deputada Helena Lança** – considerou que no ponto treze “ há duas situações que não espelham , de facto, o que aconteceu . Isto porquê? Porque não houve apenas uma votação. Houve lugar a duas votações. Portanto, houve uma primeira situação em que houve uma primeira votação para inclusão do ponto treze , que foi votada por maioria, com os votos contra dos deputados do Partido Socialista, sendo que a razão apresentada para esse sentido de voto se baseia no Artigo 45 do Regimento da Assembleia Municipal, Ponto 2 : a Ordem do Dia é entregue a todos os membros do órgão com uma antecedência mínima de dois dias, o que não se verificou. Após a primeira votação realizou-se uma segunda, para aprovação do ponto, no qual se verificou a mesma votação. A segunda situação é relativa à intervenção do deputado Carlos Almeida que está incompleta. Deve constar que , a falta de entrega atempada dos documentos inviabilizou uma decisão cuidada por parte dos deputados do PS, o que não está refletido na ata. E, portanto como a informação não está completa pedimos que seja revista e corrigida, se entenderem também.” -----

**Presidente Assembleia** – questionou a intenção dos deputados em relação ao que deveria ser incluído na ata. ----

**Deputada Helena Lança** – reforçou os argumentos usados anteriormente. -----

-----  
**Deputado José Roque** – confirmou a existência de duas votações no ponto em questão. -----  
-----

**Deputada Helena Lança** – disse que no caso da intervenção do deputado Carlos Almeida, foi dito o que constava na ata, mas não foi referido que a documentação não foi entregue com o devido tempo, de acordo com o regulamento da Assembleia Municipal. -----  
-----

**Dr. Vítor Fialho** – cumprimentou todos os presentes, esclareceu os deputados sobre a admissão do ponto a discussão, afirmando que as duas situações em causa estão referidas na ata. -----  
-----

**Deputado Carlos Almeida** -afirmou que *“a ata não espelha o que se passou na assembleia, não sendo explícita nas votações do ponto.”* -----  
-----

**Presidente da Assembleia** – questionou qual seria a proposta de texto apresentada pelos deputados. -----  
-----

**Deputada Helena Lança** – informou que deverá constar *“a falta de entrega atempada dos documentos inviabilizou uma decisão cuidada por parte dos deputados do Partido Socialista.”*-----  
-----

**Deputado José Roque** – propôs que se ouvisse a gravação da ata. -----  
-----

**Presidente Assembleia** – concluiu dizendo que se iriam analisar todas as questões levantadas pelos deputados. --  
-----

**3– ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO ;** -----  
-----

**Deputado Francisco Fitas** – referiu que ao fazer vários passeios pelo concelho, constatou que em relação a Vila Ruiva, existem espaços públicos que carecem de manutenção, nomeadamente o Pavilhão Multiusos e o edifício das Escolas Primárias. Questionou a câmara se não deveria haver uma preocupação acrescida, uma vez que são espaços ímpares. Acrescentou ainda, que gostaria de saber o ponto de situação em relação à Praça de Toiros, uma vez que a mesma não reúne condições para desenvolver a Corrida Anual , e a possibilidade de se realizar este evento. -----  
-----

**Presidente Câmara** – disse não se rever nas questões levantadas pelo deputado, explicando os problemas e infiltrações do Multiusos, e afirmando que todos os espaços se encontram bem tratados. Em relação à Praça de Touros informou que a Câmara se encontra a fazer todos os esforços para que a Corrida possa ser realizada com todas as condições de segurança. -----  
-----

**Deputado Francisco Fitas** – depreendeu que em relação ao Multiusos se trata de problema estrutural. No que se refere à Praça de Touros disse que a manutenção deveria ser feita ao longo do tempo, de forma a evitar o estado deplorável em que esta se encontra. -----

**Presidente Câmara** – afirmou que tinha todo o interesse em manter todos os espaços conservados, lembrando todos os investimentos realizados nas várias freguesias. -----

**Deputado Luís António Varela** – lembrou que já tinha trazido fotografias do Multiusos para evidenciar o estado em que o edifício se encontra, considerando um cartão de visita negativo para a terra. -----

**Presidente Câmara** – aceitou a opinião do deputado, mas considerou que o problema é apenas na pintura, que o espaço tem uma excelente qualidade, tem todas as condições e nele já decorreram várias iniciativas. -----

**Deputado Bruno Arvanas** – saudou os presentes e disse que estará na Assembleia numa ótica construtiva. Mostrou todo o seu agrado pela descentralização e por a reunião decorrer numa freguesia. Considerou bastante pertinente a questão da conservação dos espaços públicos, lembrando a situação em que se encontra o Centro Cultural de Vila Alva. Questionou a Câmara sobre o financiamento aprovado em 2020, o contrato de empreitada e o custo e término da obra. -----

**Presidente Câmara** – disse que a questão colocada pelo deputado já tinha sido feita pelos vereadores do PS em Reunião de Câmara, pelo Partido Socialista no Facebook. Acrescentou que, o problema do Centro Cultural de Vila Alva se arrasta há muitos anos, que este Executivo olhou para este problema, fazendo o Projeto, candidatando-o a Fundos Comunitários e que o Empreiteiro que se encontra a terminar a empreitada na Rua Serpa Pinto, em Cuba, irá em breve para o Centro Cultural de Vila Alva. -----

**Deputado Carlos Almeida** – mostrou a preocupação dos deputados do Partido Socialista no que diz respeito às obras que estão a ser feitas e ao abandono da manutenção dos edifícios públicos que é notória. Além disso, teve conhecimento que entre os pontos de energia elétrica que existem pelo concelho, o que se encontra em Albergaria dos Fusos não se encontra a funcionar, perguntou o porquê e qual seria a solução proposta pela Câmara. -----

**Presidente Câmara** – *informou que “os pontos de energia instalados em todo o concelho resultaram de uma parceria, com instalação de energia fotovoltaica, não sendo os normais postos de carregamento que estão por todo o país. Estão em funcionamento, mas não estão comercializados, encontram-se desligados, ou seja só estão disponíveis para todas as pessoas, quando forem comercializados. Estamos a trabalhar no sentido de comercializar esses pontos, admitindo que não é fácil em Cuba haver empresas interessadas.”* -----

-----  
**Deputado Luís António Varela** – questionou o não funcionamento do ponto em Albergaria dos Fusos , e quais as perdas da autarquia. -----

-----  
**Presidente Câmara** – reforçou a explicação que deu anteriormente. -----

-----  
**Deputada Helena Lança** – levantou várias questões relativamente à empreitada do Eco Parque do Alentejo Central “ *como é do conhecimento publico o contrato foi assinado no dia 24 de março de 2021, decorridos os 180 dias para a execução da obra o Eco parque deveria estar pronto no dia 20 de setembro de 2021, hoje estamos a dia 29 de junho de 2022. Perante esta situação pretendemos que nos sejam esclarecidas 3 questões : a primeira. Porque motivo uma obra que deveria demorar 180 dias a ser executada neste momento já dura há quase 462 dias. Segundo, que estratégia ou que estratégias o Município implementou ou está a implementar para reverter esta situação. Por fim, e terceira questão, qual é a data prevista para o término da obra.*” -----

-----  
**Presidente Assembleia** – lembrou o papel da Assembleia Municipal, o papel da Câmara Municipal e dos vereadores, considerando que as questões colocadas são questões de Executivo, não para serem colocadas em Assembleia Municipal. -----

-----  
**Presidente Câmara** – agradeceu o facto de falar sobre o Eco Parque na freguesia de Vila Ruiva, pois para este Executivo o projeto é um motivo de orgulho, lembrando os condicionalismos ao longo de 3 anos. Disse ainda, estar espantado com os deputados do PS, tendo em conta a realidade do país na área da construção civil. Enumerou os vários problemas com que o “ *empreiteiro da obra se depara, a ausência de mão de obra, a falta de matérias prima, a subida de preços, os carregamentos de areia, uma série de problemas que fogem da alçada da Câmara. Tem sido feito um esforço enorme. Foi aberto um concurso público para a praia , cerca de 680 mil euros, foi financiada pelo Turismo em 280 mil euros, o Município teve de fazer um esforço tremendo para conseguir o restante da verba, neste momento a praia já nos vais custar cerca de 1 milhão de euros . Estamos a trabalhar no sentido de um financiamento maior para a praia e temos tentado resolver isso. O problema, neste momento é que não há capacidade de resposta nem do empreiteiro para que a praia possa estar mais avançada. Ainda hoje houve uma reunião de 3 horas no sentido de tentar resolver, com outro problema a agravar, já abrimos duas vezes concurso para nadadores- salvadores , inclusive para a piscina, não conseguimos, encontrar recursos humanos suficientes , sabendo que para a praia vamos precisar de 8 nadadores salvadores. Ninguém concorreu. Não é um problema de Cuba, é um problema do país. Temos de estar atentos a estas realidades.*” -----

-----  
**Deputada Helena Lança** – voltou a frisar o direito de estarem esclarecidos em relação à abertura da praia fluvial, a existência de uma data, pois é uma questão colocada por todas as pessoas. -----

**Presidente Câmara** – informou que inicialmente, a data seria 1 de julho, depois foi levantada a possibilidade de ser 1 de agosto e após a reunião, não existe uma data prevista.-----

**Deputado Carlos Almeida** – referiu *“não quis deixar em claro a intervenção do Presidente da Assembleia, pois não escolhe os assuntos de interesse para o Município, os deputados têm o dever de fazer as perguntas de interesse. A questão colocada sobre o Eco Parque, quando vai estar pronto e quais os motivos do atraso, é de todo o interesse para o Município e nomeadamente aqui, para a população desta freguesia. Por isso, espero que não nos limite nas nossas questões. Aquilo que pode fazer é limitar o tempo, agora decidir o que vamos perguntar ou não, isso não nos vai fazer calar nem condicionar.”* -----

**Presidente Assembleia** – resumiu as funções dos deputados municipais, afirmando que não limita as questões colocadas. -----

**Deputado Carlos Almeida** – reforçou que os assuntos de interesse para o Município quem escolhe são os deputados. -----

**Deputado Francisco Fitas** – perguntou qual era o ponto de situação do Largo Cristóvão Colón. -----

**Presidente Câmara** – não percebeu a questão do deputado, pois não houve nenhuma alteração ao projeto, nem à obra. -----

**Deputado Francisco Fitas** – constatou que a obra depois de uma fase de quase conclusão ainda está sujeita a intervenções. Questionou ainda, qual o endividamento que a Câmara tem a todas as entidades bancárias.-----

**Presidente Câmara** – disse que essa informação constava no ponto 1, no período da Ordem do Dia. -----

**Deputado Francisco Fitas** – reforçou o pedido de informação sobre o endividamento, à data de 29 de junho. -----

**I ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

**Sra. Sofia Castelão** – saudou o todos os presentes, apresentou-se e sugeriu algo de grande interesse para Vila Alva, informando que a sua presença *“pretende reforçar a importância de constituição da Zona ARU – Área de Reabilitação Urbana para Vila Alva. O meu marido Miguel Castelão e eu, Sofia Castelão comprámos em novembro de 2020 um prédio muito interessante em Vila Alva, um antigo palacete do Século XVII/XVIII, foi destruído parte da sua fachada nos anos 50 pelo dono da altura, mas que detém imensos elementos interessantes a nível de arquitetura provenientes ainda do Século XVII, XVIII e até um pouco antes. Entre mim e o*

meu marido reunimos ambos formação e experiência profissional nas áreas de Engenharia, de Ambiente, de Turismo, de Gestão e de Dinamização de Eventos Culturais. Recentemente mudámos as sedes das nossas duas empresas – a Ambientar – Consultores e Ambiente Lda, uma empresa de engenharia de ambiente e G2BH Portugal Assistant – uma empresa de turismo que está direcionada justamente para chamar o turismo a Portugal e os turistas, como é evidente. Portanto, nós queremos fazer parte de uma mudança positiva e sustentável ao nível do desenvolvimento turístico, cultural e ecológico de Vila Alva, que agora também é bastante a nossa terra. Antes demais, queremos agradecer por nos ter sido dado o Reconhecimento de Interesse Municipal do nosso projeto, muito obrigada, na criação de um alojamento turístico e de dinamização de eventos culturais que estarão ligados às tradições locais, como o Cante Alentejano e o milenar Vinho de Talha, sendo que nesta altura, ainda mais sentido faz, uma vez que está proposto candidato a Património Imaterial da UNESCO. Com o arranque do Eco Parque e da Praia Fluvial na linda Barragem de Albergaria dos Fusos vai-se dar uma abertura de Vila Alva ao panorama de turismo nacional e até internacional e nós queremos estar preparados para receber condignamente os nossos turistas e deslumbrá-los com a beleza e a potencialidade desta região. Vila Alva é uma localidade que tem para oferecer grandes atrações turísticas que remontam a tempos Pré- Históricos com os seus monumentos megalíticos, a zona detém uma das maiores estações romanas e património arquitetónico e cultural de grande interesse. Foi local de preferência de reis e de nobres, na realidade Vila Alva foi sede de Concelho e teve grande peso na região a nível administrativo, legislativo e judicial. A Antiga Praça Velha, como era assim chamada, o agora Largo Dr. Bico, era rodeada pela Câmara Municipal, a seguir tinha a prisão, à frente, como sempre era, tinha um Pelourinho manuelino e ainda, do lado esquerdo estava o palácio, o palacete onde agora nós moramos. Depois no Século XIX foi erguida a Torre do Relógio. Daqui desta zona partiram e partem ainda, as primeiras ruas e arruamentos de Vila Alva. A Praça Nova que é a outra Praça em seguida onde está a zona do largo, onde é o novo largo, onde está a Junta de Freguesia, a Igreja Matriz foi erigida já no final do Século XVIII/XIX. Eu queria dar um aparte, de grande interesse a nível municipal. É de conhecimento geral e aliás está fotografado que o antigo Pelourinho manuelino de Vila Alva está, estranhamente, a servir de pilar de travejamento de um casão, e esse casão está localizado na Rua da Misericórdia nº1 A, há fotografias disto. Acho isto inacreditável. O importante não é o que aconteceu, o importante é o que nós vamos fazer em relação a isto. É importantíssimo voltar a dar a Vila Alva o seu Pelourinho e pensarmos nisto não só como um património arquitetónico, histórico tão importante, como também ser mais um polo de atração e de interesse turístico. É urgente que se proceda à classificação de um elemento arquitetónico e histórico, que deve pertencer legalmente ao património de Vila Alva. Voltando ao que me trouxe aqui, gostaria de frisar a importância da constituição da Zona ARU, para dar à população a oportunidade e os meios para reabilitarem as suas casas, de forma a que cada um se sinta envolvido nisto que é, um espaço pequeno, mas que se nós todos conseguirmos fazer com que cada habitante sinta que pode fazer a diferença e que vamos alavancar a economia, o turismo, devemos incentivá-los a tal, de maneira que, com esta Zona Aru vão descer, e bastante, as taxas de imposto sobre as obras, passam de 23 para 6%, é muito importante, temos que acreditar e andar com isto para a frente. Só assim podemos tornar Vila Alva ainda mais atrativa ao olhos do turismo nacional e estrangeiro. Por tudo isto, pelo turismo, pelo

*desenvolvimento da economia local, pela beleza da nossa Vila Alva e pela doce população que a habita, pedimos ao Exmo. Sr. Presidente do Município de Cuba e a esta Assembleia Municipal que façam deste pedido de Zona ARU, que beneficia a reabilitação de edifícios, que vem baixar o IVA sobre as obras, que seria também aplicado sobre as obras do Centro Cultural, tudo isto vai baixar os valores que as pessoas têm de pagar, uma vez que as matérias primas estão caríssimas. Realmente é de louvar, que particulares como eu e o meu marido nos estejamos a chegar à frente para ajudar a alavancar o que tanto temos falado e se ouve na televisão, do que é o Alentejo Interior e a dinamização necessária do turismo ecológico e sustentável que nós queremos ver aplicado. Enfim, já falei muito mas, gostava de vos dizer que estou com muita esperança e esta é a minha ultima hipótese. Já enviei e-mails, já falei com muita gente, estou com esperança que se consiga ir para a frente, a ARU é necessária. Vamos levantar Vila Alva, vamos tratar Vila Alva como merece. Muito obrigada, fico a aguardar que me respondam a um e-mail que enviei em setembro de 2020.” -----*

**Presidente Assembleia** – agradeceu a intervenção, fez uma breve explicação sobre a ARU, informando que a Assembleia se pronunciará quando chegar a proposta da Câmara Municipal. -----

**Presidente Câmara** – destacou o empreendedorismo da munícipe e a forma como tem estado a intervir na comunidade e no concelho. Informou que não houve deste sempre uma resposta à ARU, mas tem havido acompanhamento próximo do Município e um enorme interesse na expansão da ARU e na reabilitação urbana. Em relação à questão do Pelourinho disse que seria importante a sensibilização sobre o património, no entanto classificar esse património não é da competência da Autarquia. -----

**Sr. Vital Raposo** – questionou o Município sobre valor do projeto de remodelação do edifício do Centro Cultural de Vila Ruiva, se o mesmo foi gasto na totalidade, mostrando-se desagradado com as obras executadas e a cor do teto. -----

**Presidente Câmara** – agradeceu a intervenção e informou o munícipe sobre os valores gastos na obra, sobre as zonas remodeladas e futuras oportunidades de candidatura para a continuação de recuperação do espaço. -----

**ORDEM DO DIA:** -----

**1 –** Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/04/2022 a 31/05/2022. Para conhecimento. -----

**Não se registaram intervenções.** -----

**A Assembleia tomou conhecimento.** -----

-----  
2 – Documento de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cuba, referentes ao ano de 2021. Para deliberação. -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos deputados do Partido Socialista. -----  
-----

3 – Revisão n.º 2 ao Orçamento Municipal de 2022, e respetivas GOP's. Para deliberação. -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos deputados do Partido Socialista. -----  
-----

4 – Versão FINAL do instrumento de gestão territorial – 3.ª Alteração ao PDM (Plano Diretor Municipal) para inclusão das Agro industrias. Para deliberação. -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade. -----  
-----

5 – Autorização da Assembleia Municipal para assunção de encargos plurianuais visando o procedimento de contratualização dos seguros para a autarquia, em conformidade com o art.º 6.º n.º 1 al. e) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual. Para deliberação. -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade. -----  
-----

6 – Composição dos membros do júri que integrarão os concursos a decorrer para provimento de dois cargos dirigentes de 2.º grau, em conformidade com o art.º 13.º n.º 1 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual. Para deliberação. -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos deputados do Partido Socialista. -----  
-----

7 – Projeto do Regulamento de Apoios Sociais, a submeter a consulta pública pelo prazo de 30 dias, em conformidade com o art.º 25.º n.º 1 al. g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, devidamente articulado com os artigos 98.º, 99.º e 101.º, todos do Código do Procedimento Administrativo. Para deliberação. -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade. -----  
-----

## II ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ----- -----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, secretário que a redigi. -----  
-----

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----  
-----

O Presidente:

*João Duarte Oliveira Brito Palma*

O Secretário:

*Ana Isabel Galinha Horita Borges*